



ESCOLA DE
HUMANIDADES

EDUCAÇÃO POR ESCRITO

Educação Por Escrito, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 1-15, jan.-dez. 2026
e-ISSN: 2179-8435

ARTIGOS

Reflexões sobre a evasão universitária e a permanência estudantil pela ótica da interseccionalidade

*Reflections on university dropout and student retention through the lens of
intersectionality*

Gustavo Veríssimo

Ractz¹

orcid.org/0000-0002-4403-980X
gustavo.ractz@gmail.com

**Dalton Francisco de
Andrade¹**

orcid.org/0000-0002-4403-980X
dalton.andrade@ufsc.br

Recebido em: 07 jan. 2026.

Aprovado em: 08 ago. 2026.

Publicado em: 24 set. 2026.

Resumo: O presente artigo se propõe a apresentar e discutir os conceitos de evasão e permanência no Ensino Superior a partir de uma perspectiva ancorada na interseccionalidade e na justiça social e em diálogo com as políticas educacionais contemporâneas. Partiu-se do pressuposto de que a compreensão dos processos de evasão e permanência no Ensino Superior exige o afastamento de interpretações simplificadoras, meritocráticas e isoladas e a adoção de uma abordagem crítica, interseccional e comprometida com a defesa da educação como direito social e bem público. Trata-se de uma revisão qualitativa da literatura, partindo do pressuposto de que o enfrentamento da evasão não pode ser compreendido por meio de explicações lineares ou unidimensionais, exigindo a articulação dinâmica entre políticas públicas, práticas institucionais e o reconhecimento da heterogeneidade das trajetórias estudantis. A análise qualitativa dos dados procurou evidenciar que os processos de permanência e evasão emergem da interação entre múltiplas dimensões que se influenciam mutuamente no interior do sistema universitário. Ao reunir e sistematizar referenciais teóricos e produções recentes sobre o tema, buscou-se ampliar o debate acadêmico e político em torno das políticas de garantia da permanência no Ensino Superior público, gratuito e socialmente referenciado, defendendo a permanência como um direito cuja efetivação depende de abordagens integradas, contextualizadas e comprometidas com a superação das desigualdades estruturais.

Palavras-chave: Evasão universitária. Permanência estudantil. Interseccionalidade. Justiça social.

Abstract: This article aims to present and discuss the concepts of dropout and student retention in Higher Education from a perspective grounded in intersectionality and social justice, in dialogue with contemporary educational policies. It is based on the premise that understanding dropout and retention processes in Higher Education requires moving beyond simplistic, meritocratic and isolated interpretations, adopting instead a critical, intersectional approach committed to defending education as a social right and a public good. This study consists of a qualitative literature review, assuming that addressing dropout cannot be understood through linear or unidimensional explanations, and instead demands a dynamic articulation between public policies, institutional practices, and the recognition of the heterogeneity of student trajectories. The qualitative analysis of the data sought to highlight that retention and dropout processes emerge from the interaction of multiple dimensions that mutually influence one another within the university system. By bringing together and systematizing theoretical frameworks and recent scholarship on the topic, the study aims to broaden the academic and political debate surrounding policies that ensure retention in public, free, and socially oriented Higher Education, advocating retention as a right whose realization depends on integrated, contextualized approaches committed to overcoming structural inequalities.

Keywords: University dropout. Student retention. Intersectionality. Social justice.



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob a licença [CC-BY 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/), que permite a cópia e redistribuição do material em qualquer formato e para qualquer finalidade, desde que a autoria original e os créditos de publicação sejam mantidos.

¹ Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC, Brasil.

1 INTRODUÇÃO

A discussão em torno da evasão e da permanência no Ensino Superior brasileiro tem adquirido maior relevância nas últimas décadas, sobretudo em decorrência dos avanços e das tensões associados às políticas públicas voltadas à ampliação e à democratização do acesso à universidade. Trata-se de um campo analítico que mobiliza dimensões pedagógicas, sociais, econômicas e institucionais, sendo atravessado pelas transformações recentes na organização e no funcionamento do Ensino Superior, especialmente a partir do fim do século XX (Pacheco; Tete; Monsueto, 2024). Para compreender criticamente essas transformações, este artigo adota a interseccionalidade como eixo analítico central: conceito desenvolvido por Crenshaw (2002) e aprofundado por Collins (2019), que parte do pressuposto de que raça, classe, gênero, território e demais marcadores sociais da diferença não operam isoladamente, mas se entrecruzam na produção de vulnerabilidades específicas.

Nesse contexto, a implementação de iniciativas como o Programa Universidade para Todos (ProUni), a reformulação do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), a expansão das vagas nas universidades federais por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e a promulgação da Lei de Cotas (Lei nº 12.711) (Brasil, 2012) possibilitou a ampliação do ingresso de estudantes provenientes de escolas públicas, das camadas populares, bem como de negros, indígenas, pessoas com deficiência e outros grupos historicamente marginalizados na sociedade brasileira e, por consequência, sub-representados no espaço universitário. Tais iniciativas, tomadas em conjunto, alteraram significativamente as condições de acesso ao Ensino Superior brasileiro: o ProUni concede bolsas de estudo integrais e parciais em instituições privadas a estudantes de baixa renda; o Fies financia a graduação em instituições privadas por meio de crédito estudantil; o Reuni ampliou vagas e cursos nas universidades federais mediante reestruturação da rede pública; e a Lei de Cotas (Lei nº 12.711) (Brasil, 2012)

reserva parte das vagas das instituições federais a estudantes de escolas públicas, de baixa renda, negros, pardos e indígenas. Essa alteração no perfil do corpo discente impôs novos desafios às instituições de Ensino Superior, demandando a formulação de políticas e práticas que não se limitem à garantia do acesso, mas que promovam, de forma efetiva, a permanência e o êxito acadêmico desses estudantes (Souza, 2025).

Entretanto, conforme aponta Maciel (2020), o simples ingresso no Ensino Superior não garante, por si só, a concretização do direito à educação superior. A permanência universitária constitui um processo complexo e robusto, atravessado por múltiplas dimensões – materiais, pedagógicas, afetivas e simbólicas – e está condicionada à existência de políticas públicas integradas, capazes de reconhecer e enfrentar as desigualdades estruturais que marcam as trajetórias dos estudantes. Nessa perspectiva, a evasão não pode ser compreendida como resultado exclusivo de escolhas individuais ou de supostas limitações dos alunos, devendo ser analisada como um fenômeno social e institucional que evidencia as fragilidades do sistema educacional em assegurar condições equitativas de permanência.

As contribuições de autores como Ristoff (1999), Frigotto (2010) e Carvalho (2013) auxiliam na compreensão das tensões que permeiam a expansão do Ensino Superior enquanto projeto de democratização e sua crescente submissão à lógica mercantil. Tal contradição manifesta-se, entre outros aspectos, na ampliação do número de matrículas sem o correspondente fortalecimento dos investimentos em infraestrutura, políticas de acolhimento e ações de suporte estudantil. Em determinados cursos, como as licenciaturas, por exemplo, essas problemáticas assumem contornos ainda mais evidentes, em razão da histórica desvalorização da carreira docente, da feminização do curso, dos baixos salários e da sobrecarga enfrentada pelas estudantes mulheres, muitas das quais são mães, responsáveis pelo sustento familiar e inseridas de forma precária no mercado de trabalho (Rosendo et al., 2022; Sá, 2022; Gilioli, 2016).

Dessa forma, a compreensão dos processos de evasão e permanência no Ensino Superior exige o afastamento de interpretações simplificadoras e meritocráticas, que tendem a responsabilizar os estudantes por suas trajetórias acadêmicas, e a adoção de uma abordagem crítica, interseccional e comprometida com a defesa da educação como direito social e bem público. Isso implica reconhecer a permanência como um direito, e não como privilégio, cuja efetivação depende da construção de condições materiais e simbólicas que possibilitem a todos os sujeitos realizar seu percurso universitário de maneira digna e socialmente justa (Ramos; Gonçalves Junior, 2024).

Assim, o debate conceitual sobre evasão e permanência no Ensino Superior requer uma abordagem crítica, interseccional e orientada pela compreensão da complexidade dos processos educacionais. Superar estudos tecnocráticos e normativos, restritos à gestão de indicadores e resultados, significa reconhecer esses fenômenos como parte constitutiva de um projeto político-pedagógico mais amplo, comprometido com a construção de uma universidade pública, democrática, inclusiva e socialmente referenciada (Mendes, 2021).

2 PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO

O presente trabalho possui caráter bibliográfico e qualitativo, fundamentado em uma revisão exploratória da literatura. Diferentemente das revisões sistemáticas, orientadas por protocolos rígidos de busca e por metas de exaustividade documental, esta revisão privilegia a construção de um panorama qualitativo e interpretativo sobre o tema, mobilizando a produção teórica considerada mais relevante e representativa para os objetivos da investigação. A seleção do material seguiu uma abordagem não probabilística, por julgamento, na qual o pesquisador elege o corpus considerado mais adequado ao propósito da discussão proposta. Para tanto, o levantamento do material foi realizado em cinco bases de dados bibliográficas: Periódicos Capes, Google Acadêmico, Scopus, Sage Journals e Web of Science. As

duas primeiras foram utilizadas com o propósito de contemplar a produção nacional, essencial para a compreensão do cenário brasileiro sobre o tema. Já as três últimas bases permitiram delinear a perspectiva internacional acerca das avaliações de políticas de permanência estudantil.

As buscas foram conduzidas a partir dos seguintes descritores: "evasão universitária"; "evasão universitária Brasil" AND "revisão"; "evasão universitária no Brasil" AND "revisão" AND "interseccionalidade"; "higher education dropout Brazil" AND "review" AND "intersectionality". O levantamento privilegiou a produção mais recente disponível nas bases consultadas, compreendendo majoritariamente estudos publicados entre 2011 e 2025, período que acompanha a consolidação da literatura brasileira sobre políticas de permanência estudantil após a institucionalização do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e a difusão internacional do debate sobre interseccionalidade no Ensino Superior. Marcos anteriores a esse período, como o relatório do Ministério da Educação (Brasil, 1996b) e a obra de Ristoff (1999), foram incluídos pontualmente por sua relevância fundacional para o debate sobre evasão no contexto brasileiro.

A partir dos resultados obtidos em cada plataforma, os materiais foram selecionados por julgamento do pesquisador, com base nos seguintes critérios: disponibilidade do texto completo; pertinência direta ao tema das políticas de permanência estudantil e da evasão no Ensino Superior; e contribuição teórico-conceitual relevante para a leitura interseccional proposta. Foram excluídos os documentos duplicados entre as bases, os que não guardavam relação direta com o tema e aqueles sem acesso ao texto completo. Não se buscou exaustividade documental, tal como convém a uma revisão de caráter qualitativo e exploratório, mas a composição de um corpus qualificado, capaz de sustentar teoricamente a discussão proposta. A leitura do material selecionado orientou-se por eixos temáticos recorrentes na literatura, os quais estruturam a organização das seções seguintes deste artigo: a conceituação da evasão e da permanência no Ensino Superior,

as políticas públicas de assistência estudantil e a leitura interseccional dos fatores associados à evasão.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL

Esta seção sistematiza os principais conceitos mobilizados na literatura selecionada sobre evasão, permanência e interseccionalidade no Ensino Superior, articulando-os a autores fundacionais da sociologia da educação e da teoria da interseccionalidade, mobilizados como referencial de base para a interpretação dos achados da revisão.

3.1 Evasão e permanência no Ensino Superior: aspectos introdutórios.

A evasão e a permanência no Ensino Superior configuram-se como fenômenos complexos e multifatoriais, cuja compreensão demanda a articulação entre dimensões individuais, institucionais, sociais e estruturais que se interpenetram e se retroalimentam. Trata-se de processos que não podem ser apreendidos exclusivamente por meio de indicadores quantitativos ou diagnósticos administrativos, uma vez que expressam tensões históricas e contemporâneas das políticas educacionais, as desigualdades no acesso a oportunidades e as contradições inerentes ao modelo de universidade vigente no contexto brasileiro (Barbosa, 2015; Mendes, 2021).

Conforme argumenta Salata (2019), a evasão não se restringe à ausência, ao abandono ou à desistência formal do estudante, mas deve ser compreendida como um processo gradual, marcado por experiências reiteradas de desestímulo, exclusão simbólica e fragilização das condições objetivas e subjetivas de permanência. Esse processo, frequentemente invisibilizado, manifesta-se por meio de frustrações acumuladas, inseguranças, sentimentos de inadequação e pela percepção de falta de acolhimento institucional, configurando um percurso que antecede e prepara o afastamento efetivo do estudante.

Na perspectiva de Coulon (2008), mobilizado como referencial teórico primário e não como parte do corpus da revisão de literatura, tal afastamento

pode ser interpretado como resultado do rompimento do que o autor denomina contrato simbólico estabelecido entre o estudante e a universidade. Esse contrato refere-se ao conjunto de expectativas, valores, normas e significados que estruturam a experiência acadêmica e conferem sentido à permanência no espaço universitário. Quando o estudante não se reconhece nesse ambiente, em decorrência de dificuldades de adaptação, precariedade das condições de estudo ou ausência de vínculos de pertencimento, o contrato simbólico tende a se fragilizar, desencadeando um processo progressivo de distanciamento que pode culminar na evasão. Essa leitura dialoga com a sociologia da reprodução educacional de Bourdieu e Passeron (2014), também mobilizados como referencial teórico primário, fundacional para compreender como a origem social dos estudantes condiciona sua relação com a instituição universitária e seus modos de apropriação da cultura acadêmica.

A definição do conceito de evasão no Ensino Superior está longe de constituir um campo consensual, sendo tradicionalmente associada a noções como abandono, desistência, fracasso acadêmico ou saída definitiva de um curso, de uma instituição e/ou do próprio sistema educacional. Em muitos estudos, o termo aparece ainda em relação dialética com a permanência, compreendida como seu antônimo, o que evidencia a complexidade semântica e analítica que envolve o fenômeno (Lima; Zago, 2018; Morosini, 2021). Essa diversidade de significados indica que a evasão não pode ser apreendida a partir de uma única chave explicativa, mas exige abordagens que considerem a multiplicidade de sentidos, contextos e trajetórias implicadas.

No contexto brasileiro, os estudos sobre evasão ganharam maior destaque a partir da década de 1990, especialmente com a publicação, em outubro de 1996, do relatório *Diplomação, Retenção e Evasão nos Cursos de Graduação em Instituições de Ensino Superior Públicas*, elaborado pelo Ministério da Educação (Brasil, 1996b), pouco antes da promulgação da Lei nº 9.394 (Brasil, 1996a), que instituiu a Lei de Diretrizes

e Bases da Educação Nacional. Produzido pela Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão, esse documento tornou-se uma referência central para as pesquisas posteriores, ao sistematizar dados sobre retenção (no sentido administrativo de reprovação e repetição de série, distinto do conceito de permanência mobilizado neste artigo), evasão e diplomação nas universidades públicas brasileiras e ao propor uma conceituação formal do fenômeno, bem como sua tipologia (Mendes, 2021; Souza, 2025; Maciel, 2020).

Segundo esse relatório (Brasil, 1996b, p. 19), a evasão corresponde à “saída definitiva do curso de origem sem conclusão, ou à diferença entre ingressantes e concluintes, após uma geração completa”. A partir dessa definição, o documento distingue três modalidades de evasão: a evasão do curso, caracterizada pela migração do estudante para outro curso dentro da mesma instituição; a evasão da instituição, quando há a transferência para outra instituição de Ensino Superior; e a evasão do sistema, que ocorre quando o estudante se afasta definitivamente do Ensino Superior, sem ingresso em outro curso ou instituição. Essa classificação revela uma tentativa de organizar o fenômeno em níveis distintos, ainda que marcada por uma lógica predominantemente administrativa e quantitativa (Maciel, 2020; Mendes, 2021; Souza, 2025).

Nos anos 2000, outro estudo de grande relevância foi desenvolvido por Silva Filho et al. (2007), no qual os autores buscaram delimitar conceitualmente a evasão e propuseram métodos de cálculo para mensuração dos índices institucionais, além de apresentarem dados nacionais referentes ao período de 2000 a 2005. Nesse estudo, a evasão é analisada a partir de duas categorias principais: a evasão anual, calculada com base no número de estudantes que deixam de se matricular no período subsequente, e a evasão total, que considera o conjunto de estudantes que ingressaram em um curso ou instituição e não obtiveram o diploma ao final do tempo previsto, sendo compreendida como o complemento do índice de titulação (Silva Filho et al., 2007).

Embora essas definições tenham contribuído para a sistematização estatística do fenômeno, abordagens posteriores passaram a problematizar seus limites explicativos. Baggi e Lopes (2011), por exemplo, compreendem a evasão como um fenômeno social complexo, definido pela interrupção do ciclo de estudos, deslocando o foco da simples mensuração para os processos que produzem o afastamento. Nessa mesma direção, Gilioli (2016) propõe uma classificação que distingue a evasão do curso (microevasão), da instituição (mesoevasão) e do Ensino Superior como um todo (macroevasão), reconhecendo que o fenômeno se manifesta de formas diversas, como não matrícula, abandono, desistência ou jubramento, e que varia conforme a área do conhecimento, o curso, o perfil do estudante, a modalidade escolhida e o momento da trajetória acadêmica em que ocorre.

Outros autores, como Santos e Silva (2011) e Santos Junior (2015), adotam uma definição mais abrangente, ao afirmarem que a evasão, enquanto categoria geral, refere-se à desistência do estudante que deixa a universidade sem concluir o curso. Já Santos (2017) amplia ainda mais o debate ao propor a análise da evasão a partir de três dimensões inter-relacionadas: a evasão semântica, ligada aos sentidos atribuídos ao termo; a evasão cultural, relacionada às formas de pertencimento e representação do estudante no espaço universitário; e a evasão metodológica, referente aos indicadores e instrumentos utilizados para sua mensuração. Essa abordagem evidencia que diferentes concepções de evasão podem coexistir dentro de uma mesma instituição, reforçando o caráter relacional e contextual do fenômeno.

No âmbito institucional, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep, 2017) compreende a evasão como sinônimo de desistência, considerando como evasão toda saída do estudante antes da conclusão do curso, independentemente das motivações envolvidas. Nessa perspectiva, a não conclusão é interpretada como uma forma de insucesso no desenvolvimento das competências previstas

pela instituição, excetuando-se situações como o falecimento, por não envolverem intencionalidade. Tal definição introduz o elemento da intenção do sujeito ou da impossibilidade objetiva de permanência, ainda que mantenha uma leitura fortemente orientada pelos resultados finais do percurso acadêmico (Santos Junior, 2015; Paula, 2017; Lima; Zago, 2018).

De modo geral, observa-se que o conceito de evasão tem sido utilizado para designar a saída definitiva do estudante do curso ao qual estava vinculado, sem a respectiva conclusão, seja por migração para outro curso ou instituição, seja pelo afastamento completo do sistema de Ensino Superior. Em todos os casos, a evasão tende a ser interpretada como um fenômeno negativo, tanto para a instituição quanto para o estudante. Contudo, a evasão do sistema educacional revela-se particularmente preocupante, na medida em que implica não apenas a ruptura com um curso ou instituição específicos, mas o afastamento da vida acadêmica como um todo, evidenciando falhas estruturais na garantia das condições de permanência e no reconhecimento da diversidade das trajetórias estudantis (Abreu; Ximenes, 2020; Silva; Sampaio, 2022; Simon, 2022).

Nesse sentido, a noção de permanência no Ensino Superior também demanda uma compreensão ampliada e relacional. Por conseguinte, permanecer não se restringe à manutenção da matrícula ou à conclusão formal de um curso, mas pressupõe a garantia de condições materiais, simbólicas, pedagógicas e afetivas que possibilitem ao estudante desenvolver sua trajetória acadêmica com sentido, dignidade e reconhecimento. Tal entendimento está alinhado à concepção de educação como direito social, conforme assegurado pela Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394) (Brasil, 1996a), reforçando a responsabilidade do Estado e das instituições na criação de condições efetivas de permanência (Rosendo et al., 2022; Santos; Pereira; Pilatti, 2025).

Diante disso, Maciel (2020) destaca o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES),

instituído em 2008, como um marco na institucionalização das políticas de permanência no Brasil, ao reconhecer que estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica necessitam de apoio financeiro e estrutural para permanecerem na universidade. Todavia, como observam Ganam e Pinezi (2021), essa política apresenta limites relevantes, expressos na fragmentação das ações, na insuficiência de recursos e na ausência de processos sistemáticos de avaliação, elementos que comprometem sua efetividade e evidenciam a complexidade do fenômeno da permanência (Ganam; Pinezi, 2021; Honorato, 2015).

No âmbito da formação docente, tais desafios assumem contornos ainda mais intensos. Joaquim (2023) e Pereira, Santos e Silva (2022) chamam atenção para a feminização dos cursos de Pedagogia e para os impactos dessa configuração nas condições de permanência. Estudantes mulheres, frequentemente responsáveis pelo sustento familiar e inseridas no mercado de trabalho, enfrentam sobrecarga de tarefas, precariedade de tempo e a ausência de políticas institucionais sensíveis às suas especificidades, como oferta de creches, flexibilização de horários e reconhecimento da maternidade acadêmica. Esses elementos revelam a interdependência entre gênero, trabalho, organização institucional e permanência, reafirmando o caráter multifatorial do fenômeno (Lima; Zago, 2018; Abreu; Ximenes, 2020).

Dessa forma, refletir sobre evasão e permanência implica também tensionar os sentidos atribuídos ao sucesso acadêmico e aos modelos hegemônicos de estudante ideal. Autores como Frigotto (2010) e Arroyo (2012) alertam para os riscos de abordagens meritocráticas que desconsideram as desigualdades estruturais e tendem a responsabilizar o indivíduo por trajetórias marcadas por condições desiguais de acesso e permanência. Nessa perspectiva, a evasão não se configura como uma patologia do estudante, mas como um sintoma das contradições e limites do sistema educacional.

Assim, o debate conceitual sobre evasão e permanência no Ensino Superior requer uma abordagem crítica, interseccional e orientada pela

compreensão da complexidade dos processos educacionais. Superar estudos tecnocráticos e normativos, restritos à gestão de indicadores e resultados, significa reconhecer esses fenômenos como parte constitutiva de um projeto político-pedagógico mais amplo, comprometido com a construção de uma universidade pública, democrática, inclusiva e socialmente referenciada (Mendes, 2021).

3.2 Políticas de permanência e a premência de uma abordagem interseccional

No contexto das transformações pelas quais passou o Ensino Superior brasileiro nas últimas duas décadas, as políticas de permanência assumiram centralidade no debate sobre a democratização da educação. Se, por um lado, o acesso foi significativamente ampliado a partir da implementação de programas como o Reuni, o ProUni e o Fies, bem como com a promulgação da Lei nº 12.711 (Brasil, 2012) (Lei de Cotas), por outro, a permanência consolidou-se como o principal desafio contemporâneo – e, simultaneamente, como um dos mais expressivos marcadores das desigualdades que se reproduzem no interior das universidades públicas (Souza, 2025).

Como assinala Honorato (2015), a efetivação do direito à educação superior não se esgota na ampliação de vagas ou no ingresso formal, exigindo a construção de condições reais, equitativas e socialmente justas para que estudantes historicamente marginalizados possam permanecer e concluir sua formação. Nessa perspectiva, raça, classe social, gênero, território, deficiência, maternidade e inserção no mundo do trabalho não operam como variáveis isoladas, mas como dimensões interseccionais que incidem de forma combinada sobre as trajetórias acadêmicas. Assim, a permanência deixa de ser compreendida como responsabilidade individual do estudante e passa a ser reconhecida como um imperativo de justiça social e de responsabilidade institucional.

A principal política nacional de apoio à permanência no Ensino Superior é o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído formalmente em 2010 pelo Decreto nº 7.234 (Brasil,

2010), ainda que algumas de suas ações tenham sido implementadas desde 2007. O programa tem como objetivo atender estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial nas instituições federais de Ensino Superior, oferecendo suporte em áreas como alimentação, moradia, transporte, saúde, inclusão digital, cultura e esporte. Sua relevância é inquestionável, na medida em que expressa o reconhecimento, por parte do Estado, de que as desigualdades socioeconômicas incidem diretamente sobre as trajetórias acadêmicas e o sucesso escolar no Ensino Superior (Sá, 2022; Souza, 2025).

Entretanto, os estudos de estado do conhecimento sobre o tema (Souza, 2025), bem como evidências empíricas produzidas em diferentes instituições, revelam limites estruturais importantes tanto na concepção quanto na implementação do PNAES. Entre os principais entraves identificados destacam-se a insuficiência orçamentária crônica, a concentração dos recursos em poucos eixos, especialmente alimentação e moradia estudantil, a ausência de critérios unificados e transparentes para a seleção dos estudantes beneficiários e a fragilidade dos mecanismos de monitoramento e avaliação de impacto (Souza, 2025). Soma-se a isso o fato de que muitas instituições federais carecem de estruturas administrativas e equipes técnicas capazes de operacionalizar o programa de forma integrada às ações pedagógicas, curriculares e de acolhimento institucional. Como assinalam Barbosa (2015) e Maciel (2020), trata-se de uma política necessária, porém ainda marcada pela fragmentação e frequentemente dissociada da missão institucional e dos projetos político-pedagógicos dos cursos.

Outro aspecto crítico diz respeito à persistência de uma lógica assistencialista, que tende a focalizar a permanência exclusivamente no estudante em situação de vulnerabilidade econômica, exigindo comprovações reiteradas de pobreza. Essa abordagem desconsidera que as desigualdades que atravessam o cotidiano universitário não se expressam apenas em termos materiais, mas também de forma simbólica, afetiva, cultural e acadêmica. Ao operar nessa chave, a perma-

nência passa a ser tratada como um “benefício” concedido a determinados sujeitos, e não como um direito social, o que pode reforçar processos de estigmatização, sentimentos de culpa, inadequação e não pertencimento entre os estudantes atendidos (Mendes, 2021).

Nesse cenário, torna-se urgente a adoção de uma abordagem interseccional na formulação, execução e avaliação das políticas de permanência no Ensino Superior. O conceito de interseccionalidade, desenvolvido por Crenshaw (2002) e aprofundado por autoras como Collins (2019), parte do pressuposto de que as opressões sociais não atuam de forma isolada ou cumulativa, mas se entrecruzam de maneira complexa, produzindo experiências específicas de vulnerabilidade e exclusão. Aplicada ao contexto universitário, essa perspectiva permite compreender que estudantes negros, mulheres, mães, indígenas, pessoas trans, pessoas com deficiência e moradores de territórios periféricos enfrentam obstáculos múltiplos e interligados que influenciam diretamente suas condições de permanência.

Segundo Collins (2019, p. 447-448),

[...] os domínios estrutural e disciplinar do poder operam por meio de políticas sociais que tocam todo o sistema e são gerenciadas sobretudo pela burocracia. Em contraste, o domínio hegemônico do poder visa justificar práticas exercidas nesses domínios de poder. Ao manipular a ideologia e a cultura, o domínio hegemônico atua como um elo entre as instituições sociais (domínio estrutural), suas práticas organizacionais (o domínio disciplinar) e a interação social cotidiana (domínio interpessoal).

Nesse sentido, a interseccionalidade não deve ser tratada apenas como um critério de recorte analítico, mas como um princípio estruturante de poder das políticas públicas universitárias. Isso implica conceber ações integradas, multissetoriais e sensíveis às especificidades dos sujeitos que compõem a diversidade estudantil.

Não basta, por exemplo, a concessão de auxílios financeiros se não existem políticas institucionais de apoio à maternidade, como creches universitárias; tampouco é suficiente garantir acesso formal sem assegurar condições de acessibilidade arquitetônica, comunicacional e pedagógica para estudantes com deficiência (Fraser, 2009; Hirata, 2014).

Da mesma forma, a efetivação da permanência exige o enfrentamento das desigualdades curriculares e epistemológicas, questionando práticas e currículos eurocentrados, e reconhecendo as epistemologias populares como parte constitutiva da universidade pública democrática e socialmente referenciada (Paula, 2017; Gambirage *et al.*, 2021).

3.3 Construindo estratégias de permanência estudantil a partir da leitura interseccional

Discutir as trajetórias dos sujeitos que ingressam e permanecem, ou não, na universidade implica reconhecer a existência de condições estruturais de assimetria que atravessam essas experiências. Nessa perspectiva, o conceito de marcadores sociais da diferença permite compreender como determinadas distinções são socialmente construídas e institucionalizadas, produzindo hierarquias, desigualdades e processos de discriminação (Almeida *et al.*, 2018). Trata-se de um referencial que evidencia que diferenças relativas à raça, gênero, classe, território, deficiência, entre outras, não são naturais ou neutras, mas historicamente produzidas e legitimadas no interior das relações sociais. Essa “instituição social da diferença” opera por meio da naturalização de certas classificações e sentidos, ao passo que desqualifica, invisibiliza ou subordina outras formas de existência e conhecimento (Hirata, 2014; Mendes, 2021; Santos; Pereira; Pilatti, 2025; Souza, 2025).

QUADRO 1 – Principais fatores da evasão, leitura interseccional e possibilidades de mitigação da evasão a partir da interseccionalidade

Dimensão	Principais fatores associados à evasão	Leitura a partir da interseccionalidade	Possibilidades de mitigação da evasão a partir da interseccionalidade
Fatores sociais e econômicos	Limitação financeira; baixa renda familiar; necessidade de conciliar trabalho e estudo; dificuldades para custear transporte, alimentação e materiais didáticos	As desigualdades econômicas não atuam isoladamente: estudantes negros, periféricos, mulheres, mães, pessoas com deficiência e trabalhadores enfrentam camadas simultâneas de vulnerabilidade. A exigência de trabalhar durante a graduação impacta de forma desigual grupos historicamente marginalizados, intensificando riscos de evasão.	Ampliação e diversificação das políticas de assistência estudantil; bolsas compatíveis com o custo real de vida; auxílios transporte e material didático; flexibilização de horários; reconhecimento institucional do estudante-trabalhador; articulação entre assistência estudantil e políticas de inclusão social.
Fatores acadêmicos e institucionais	Currículos desatualizados; infraestrutura inadequada; metodologias de ensino pouco flexíveis; formas de avaliação excludentes; pouca integração entre teoria e prática	Currículos e práticas pedagógicas tendem a reproduzir um modelo de estudante “ideal”, desconsiderando trajetórias marcadas por desigualdades raciais, sociais, territoriais e educacionais. Estudantes oriundos da escola pública, negros e de primeira geração no Ensino Superior são mais afetados por lacunas formativas não reconhecidas institucionalmente.	Reformulação curricular com enfoque inclusivo; metodologias ativas e flexíveis; avaliação formativa; políticas de nivelamento acadêmico; integração entre ensino, pesquisa e extensão; formação pedagógica continuada de docentes com enfoque em diversidade e equidade.
Fatores pessoais e de saúde	Problemas de saúde mental (ansiedade, depressão, burnout); desmotivação; baixa autoeficácia acadêmica	Questões de saúde mental são atravessadas por marcadores sociais: estudantes em situação de pobreza, racismo, discriminação de gênero e sexualidade vivenciam maior carga emocional e menor acesso a redes de apoio. A lógica meritocrática reforça os sentimentos de fracasso individual.	Políticas institucionais de saúde mental; serviços psicológicos acessíveis e continuados; ações de acolhimento e orientação acadêmica; combate à cultura meritocrática; fortalecimento da autoeficácia por meio de tutorias e acompanhamento pedagógico.
Fatores relacionados ao ambiente universitário	Falta de apoio institucional; ausência de tutorias e monitorias; dificuldades de integração social; fragilidade de vínculos com colegas e docentes	O ambiente universitário pode produzir exclusão simbólica quando não reconhece a diversidade dos sujeitos. Estudantes negros, LGBTQIA+, indígenas, pessoas com deficiência e imigrantes tendem a vivenciar maior sensação de não pertencimento em espaços acadêmicos pouco acolhedores.	Fortalecimento de políticas de acolhimento institucional; programas de tutoria e mentoria; incentivo a espaços de convivência e coletivos estudantis; formação antidiscriminatória da comunidade acadêmica; construção de uma cultura universitária baseada no pertencimento e na justiça social.

Fonte: Dados obtidos a partir da pesquisa.

A valorização das identidades e o reconhecimento da diversidade no Ensino Superior demandam mudanças institucionais que ultrapassem a ampliação do acesso e alcancem as condições concretas de permanência acadêmica. Os fatores associados à evasão, frequentemente classificados de forma genérica como “problemas pedagógicos”, revelam-se, à luz de uma abordagem interseccional, como expressões da articulação entre desigualdades sociais, práticas institucionais excludentes, fragilidades nas políticas de permanência e experiências subjetivas de não pertencimento. Dificuldades de aprendizagem, baixa participação ou desengajamento discente não podem ser compreendidos de maneira isolada, pois estão imbricados em condições materiais adversas, currículos pouco flexíveis, metodologias e avaliações descontextualizadas, sobrecarga de trabalho, adoecimento psíquico e ausência de redes de apoio no ambiente universitário (Paula, 2017; Simon, 2022; Souza, 2025).

As relações pedagógicas, em especial a interação entre docentes e estudantes, tornam-se espaços nos quais essas assimetrias se manifestam de forma recorrente, seja pela descon sideração das trajetórias sociais e culturais dos discentes, seja pela reprodução de expectativas homogêneas de desempenho acadêmico. Nessas circunstâncias, a evasão emerge não mais como resultado de insuficiências individuais e, sim, como um sintoma das limitações institucionais em responder, de forma integrada e sensível às diferenças, às múltiplas dimensões que condicionam a permanência no Ensino Superior (Mendes, 2020).

Por conseguinte, a análise integrada dos fatores sociais, econômicos, acadêmicos, institucionais e subjetivos evidencia que estratégias isoladas, como a ampliação pontual de bolsas ou reformas curriculares desarticuladas de uma estratégia institucional mais ampla de permanência, tendem a apresentar alcance limitado no enfrentamento da evasão universitária. A complexidade do fenômeno requer ações combinadas e estruturantes, capazes de responder às múltiplas dimensões de vulnerabilidade que incidem de forma desigual

sobre os estudantes (Silva; Sampaio, 2022).

Ademais, destaca-se a necessidade de articular o fortalecimento do apoio socioeconômico, por meio da ampliação e diversificação das políticas de assistência estudantil; a implementação de políticas institucionais voltadas ao bem-estar emocional, com acompanhamento psicológico contínuo e estratégias de promoção de vínculos e pertencimento; a atualização pedagógica, com currículos mais flexíveis, metodologias ativas, avaliações diversificadas e maior integração entre teoria e prática; e a construção de ambientes institucionais acolhedores, que incluam programas de tutoria e monitoria, canais permanentes de escuta e políticas de inclusão sensíveis às especificidades de grupos historicamente vulnerabilizados (Paula, 2017; Gambirage et al., 2021; Santos; Pereira; Pilatti, 2025).

Do ponto de vista prático, essas evidências reforçam a importância do planejamento estratégico por parte das universidades e dos órgãos governamentais, orientado por diagnósticos institucionais que considerem a interseção entre classe social, raça, gênero, território, idade e condições de trabalho. A identificação dos principais fatores de risco à evasão em contextos locais deve subsidiar a implementação de programas de permanência mais efetivos e contextualizados. Ademais, o monitoramento contínuo dos índices de evasão e das causas relatadas pelos estudantes configura-se como instrumento fundamental para a readequação permanente das políticas institucionais, tornando-as mais responsivas às transformações sociais, econômicas e tecnológicas que atravessam o Ensino Superior brasileiro no cenário pós-pandemia (Gambirage et al., 2021; Pacheco; Tete; Monsueto, 2024).

Destarte, e a partir da pesquisa de Lobo (2012), aqui reinterpretamos as estratégias de enfrentamento da evasão à luz da permanência como direito e a partir de uma abordagem interseccional, organizando-as nos seguintes eixos:

- a) Constituir grupos de trabalho interdisciplinares e intersetoriais encarregados de monitorar a evasão, mapear níveis de satisfação discente e desenvolver pro-

- gramas de integração e acolhimento, com atenção especial aos estudantes ingressantes em situação de vulnerabilidade social, racial, de gênero, corporal e territorial;
- b) Analisar sistematicamente os indicadores de evasão, identificando períodos críticos ao longo do curso e desagregando os dados por marcadores sociais da diferença (classe, raça, gênero, deficiência, sexualidade, entre outros), de modo a subsidiar ações preventivas que reconheçam desigualdades estruturais e não culpabilizem os sujeitos;
 - c) Investigar as causas da evasão de forma ampliada, confrontando as expectativas e prioridades dos estudantes com a avaliação dos serviços educacionais, administrativos e comunitários, considerando como múltiplas desigualdades se articulam na produção de barreiras materiais, simbólicas e institucionais à permanência;
 - d) Reorientar a cultura institucional para uma perspectiva centrada no estudante, envolvendo coordenadores, docentes e técnicos administrativos em um compromisso ético e político com o bem-estar, o pertencimento e o sucesso acadêmico discente, com ênfase na equidade, no combate às discriminações e na valorização da diversidade;
 - e) Criar condições institucionais que respondam aos objetivos que motivaram o ingresso na universidade, especialmente para estudantes de grupos historicamente sub-representados, evitando frustrações iniciais que intensificam a evasão precoce e assegurando oportunidades reais de desenvolvimento acadêmico e profissional;
 - f) Qualificar o ambiente universitário em seus aspectos físicos, pedagógicos e simbólicos, garantindo acessibilidade, espaços adequados de estudo e convivência, segurança, respeito às diferenças e uma cultura institucional acolhedora, que favoreça o reconhecimento e a dignidade dos sujeitos;

- g) Implementar programas permanentes e proativos de aconselhamento e orientação estudantil, articulados às políticas de assistência e permanência, capazes de antecipar situações de vulnerabilidade acadêmica, social e emocional e de oferecer acompanhamento contínuo, sensível às múltiplas dimensões que atravessam as trajetórias estudantis.

Por fim, a integração da discussão trazida aponta que a redução da evasão universitária demanda a efetivação e o monitoramento constantes dos pontos elencados, nos quais o suporte financeiro, o acolhimento emocional e a inovação pedagógica se articulam com políticas institucionais sólidas, comprometidas com a justiça social e com a garantia do direito à permanência e à conclusão da formação superior para os sujeitos diversos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações recentes da universidade pública brasileira, impulsionadas pela expansão de vagas e pela implementação de políticas afirmativas, deslocaram o eixo do debate da democratização do acesso para o desafio estrutural da permanência estudantil. Embora historicamente associada ao enfrentamento da evasão, a permanência não pode mais ser compreendida apenas como um conjunto de ações compensatórias ou assistencialistas. A presença ampliada de sujeitos historicamente excluídos do Ensino Superior tensiona concepções cristalizadas de "assistência estudantil" e impõe a necessidade de reconhecê-la como expressão concreta do direito à educação superior, entendido como o direito de ingressar, permanecer e concluir a formação em condições dignas e equitativas.

Nesse sentido, a superação de uma abordagem restrita à concessão de auxílios financeiros revela-se insuficiente para responder à complexidade dos fatores que incidem sobre a evasão universitária. Ainda que a garantia de bolsas seja elemento central, ela não é capaz, por si só, de enfrentar as múltiplas barreiras que atravessam as trajetórias acadêmicas dos estudantes.

A experiência recente da universidade pública evidencia que a permanência é atravessada por um conjunto articulado de desigualdades sociais, raciais, de gênero, sexualidade, corporalidade, capacidade, território e condições de trabalho, que se interseccionam e produzem efeitos diferenciados sobre o pertencimento, o desempenho acadêmico e a continuidade dos estudos.

Assim, a permanência estudantil emerge como um problema complexo, que exige respostas institucionais igualmente complexas, baseadas em abordagens interseccionais e orientadas pela justiça social. Mais do que ampliar recursos pontuais, torna-se imprescindível repensar práticas pedagógicas, políticas de acolhimento, formas de organização curricular e mecanismos institucionais de escuta e acompanhamento. Somente a partir dessa perspectiva será possível avançar na consolidação de uma universidade pública efetivamente democrática, capaz de reconhecer a diversidade de seus sujeitos e de assegurar condições reais para que diferentes trajetórias possam não apenas acessar, mas permanecer e se formar no Ensino Superior.

A partir desse panorama, os resultados deste trabalho se organizam em duas direções complementares. Em primeiro lugar, a sistematização teórica e a revisão qualitativa da literatura realizada buscam contribuir para o aprofundamento do debate acadêmico e para a qualificação das políticas públicas e institucionais voltadas à permanência estudantil, oferecendo subsídios analíticos a pesquisadores, gestores e formuladores de políticas educacionais. Ao reunir e articular evidências sobre os múltiplos fatores associados à evasão, o estudo pretende ampliar a compreensão do fenômeno para além de explicações isoladas ou reducionistas. Isso significa recusar tanto as leituras que atribuem a evasão a fragilidades individuais dos estudantes quanto as abordagens puramente administrativas, centradas em indicadores de fluxo, que não dão conta das condições sociais, raciais, de gênero e territoriais que atravessam as trajetórias acadêmicas. Ao articular esses fatores em uma leitura interseccional, o estudo evidencia que a evasão

resulta da sobreposição de barreiras estruturais e institucionais, e não da soma de eventos isolados, o que reorienta o debate acadêmico e político para a necessidade de respostas igualmente estruturais e articuladas entre si.

Em segundo lugar, o trabalho procura fortalecer a compreensão da permanência como um direito, reafirmando a centralidade de ações institucionais que reconheçam os estudantes em sua diversidade e nos encruzamentos de classe, raça, gênero, sexualidade, território, corporalidade e condições de vida. Tal perspectiva implica promover uma cultura universitária comprometida com a equidade, a justiça social e a qualidade da formação, superando abordagens meramente assistencialistas e fragmentadas.

Por fim, compreende-se que a evasão e a permanência não se restringem a indicadores quantitativos ou a métricas de desempenho institucional, mas expressam projetos de universidade e concepções mais amplas de educação. Defender a permanência como princípio exige, simultaneamente, enfrentar as desigualdades estruturais que atravessam as trajetórias estudantis e transformar a universidade em um espaço de acolhimento, reconhecimento e emancipação. Trata-se de uma tarefa coletiva, que envolve todos os setores da vida universitária e demanda um compromisso ético e político contínuo com a construção de uma educação pública, democrática e efetivamente equitativa.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Márcia Kelma de Alencar; XIMENES, Verônica Moraes. Permanência de estudantes pobres nas universidades públicas brasileiras: uma revisão sistemática. *Psicologia da Educação*, São Paulo, n. 50, p. 18-29, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/2175-3520.20200003>. Acesso em: 12 ago. 2026.
- ALMEIDA, Heloísa Buarque et al. Numas, 10 anos: um exercício de memória coletiva. In: SAGGESE, Gustavo Santa Roza et al. (org.). *Marcadores Sociais da Diferença: gênero, sexualidade, raça e classe em perspectiva antropológica*. São Paulo: Terceiro Nome; Gramma, 2018. p. 9-30.
- ARROYO, Miguel. *Ofício de mestre: imagens e autoimagens*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

BAGGI, Cristiane Aparecida dos Santos; LOPES, Doraci Alves. Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica. *Avaliação*, Campinas, v. 16, n. 2, p. 355-374, jul. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772011000200007>. Acesso em: 12 ago. 2026.

BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira. Expansão, diversificação e democratização: questões de pesquisa sobre os rumos do ensino superior no Brasil. *Caderno CRH*, Salvador, v. 28, n. 74, p. 247-253, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792015000200001>. Acesso em: 12 ago. 2026.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. Os herdeiros: os estudantes e a cultura. Florianópolis: UFSC, 2014.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 12 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1996a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 12 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 12 ago. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas. Brasília, DF: Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras, 1996b.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida. A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas. *Revista Brasileira de Educação*, [s. l.], v. 18, n. 54, p. 761-776, jul. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782013000300013>. Acesso em: 12 ago. 2026.

COLLINS, Patricia Hill. Interseccionalidade como projeto social crítico. São Paulo: Boitempo, 2019.

COULON, Alain. A condição de estudante: a entrada na vida universitária. Salvador: EDUFBA, 2008.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j-8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt&ilang=pt_BR. Acesso em: 25 ago. 2026.

FRASER, Nancy. Reenquadrando a justiça em um mundo globalizado. *Lua Nova*, São Paulo, v. 77, p. 11-39, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452009000200001>. Acesso em: 12 ago. 2026.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). *A produtividade da escola improdutiva*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 9-49.

GAMBIRAGE, Cinara et al. Entre razões e emoções da evasão universitária, o contexto importa? Uma análise das instituições comunitárias catarinenses. *Interações*, Campo Grande, v. 22, n. 3, p. 715-730, 2021. Disponível em: <https://interacoes.ucdb.br/interacoes/article/view/2881>. Acesso em: 20 jan. 2026.

GANAM, Eliana Almeida Soares; PINEZI, Ana Keila Mosca. Desafios da permanência estudantil universitária: um estudo sobre a trajetória de estudantes atendidos por programas de assistência estudantil. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 37, e228757, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/LXtFg5VpbYyzkJTtkxLrsw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 ago. 2026.

GILIOLI, Renato de Sousa Porto. Evasão em instituições federais de ensino superior no Brasil: expansão da rede, SISU e desafios. Brasília, DF: Consultoria Legislativa da Área XV - Educação, Cultura e Desporto, 2016. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/items/038a4d46-gfe0-40c1-81a8-05d702f29595>. Acesso em: 13 ago. 2026.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, [s. l.], v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005>. Acesso em: 12 ago. 2026.

HONORATO, Gabriela. Investigando "permanência" no ensino superior: um estudo sobre cotistas do curso de pedagogia da UFRJ. In: HONORATO, Gabriela; HE-RINGER, Rosana (org.). *Acesso e sucesso no ensino superior: uma sociologia dos estudantes*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015. p. 96-134.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Metodologia de Cálculo dos Indicadores de Fluxo da Educação Superior. Brasília: Inep, 2017. Disponível em: https://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/indicadores_educacionais/2017/metodologia_indicadores_trajetoria_curso.pdf. Acesso em: 26 jan. 2026.

JOAQUIM, Ananda Raquel de Souza. Mulheres, mães e universitárias: uma pesquisa sobre as políticas de permanência para estudantes que se tornam mães nas universidades públicas paulistas. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Rio Claro, 2023. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/2d77517c-1cbb-46c6-b11d-744c997f4466>. Acesso em: 13 ago. 2026.

LIMA, Franciele Santos; ZAGO, Nadir. Desafios conceituais e tendências da evasão no ensino superior: a realidade de uma universidade comunitária. *Revista Internacional de Educação Superior*, Campinas, v. 4, n. 2, p. 366-386, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/riesup.v4i2.8651587>. Acesso em: 12 ago. 2026.

PEREIRA, Antonio Lucas Lira; SANTOS, Bruna Garcia dos; SILVA, Luana Renata da. Mães universitárias: a luta pela conciliação da maternidade com a universidade. *South American Development Society Journal*, v. 8, n. 23, p. 152-166, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.24325/issn.2446-5763.v8i23p152-166>. Acesso em: 13 ago. 2026.

LOBO, Maria Beatriz de Carvalho Melo. Panorama da evasão no ensino superior brasileiro: aspectos gerais das causas e soluções. Mogi das Cruzes: Instituto Lobo para Desenvolvimento da Educação, da Ciência e da Tecnologia, 2012. Disponível em: https://www.institutolobo.org.br/core/uploads/artigos/art_087.pdf. Acesso em: 13 ago. 2026.

MACIEL, Carina Elisabeth. A permanência como direito e a universidade pública em tempos de crise. In: SOUZA, Raquel Araújo et al. (org.). *Educação superior em tempos de crise: desafios e perspectivas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 145-162.

MENDES, Maíra Tavares. Políticas de Reconhecimento e de Redistribuição na Permanência Estudantil. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 45, n. 4, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-623696281>. Acesso em: 18 jan. 2026.

MOROSINI, Marília et al. (org.). *Enciclopédia Brasileira de Educação Superior (EBES)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2021. v. 2.

PACHECO, Andressa Sasaki Vasques; TETE, Marcelo Ferreira; MONSUETO, Sandro Eduardo. Ações de combate à evasão estudantil na educação superior. *Avaliação*, Campinas, Sorocaba, v. 29, p. e024026, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-57652024v29id28901726>. Acesso em: 12 ago. 2026

PAULA, Maria de Fátima Costa. Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década. *Avaliação*, Campinas, Sorocaba, v. 22, n. 2, p. 301315, jul. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772017000200002>. Acesso em: 12 ago. 2026

RAMOS, Ana Carolina; GONÇALVES JUNIOR, Oswaldo. Abandono e evasão escolar sob a ótica dos sujeitos envolvidos. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 50, p. e268037, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202450268037>. Acesso em: 12 ago. 2026.

RISTOFF, Dilvo Ilvo. *Universidade em foco: reflexões sobre a educação superior*. Florianópolis: Insular, 1999.

ROSENDO, Letícia dos Santos et al. Relação entre perfil, hábitos, vivências acadêmicas e resiliência de universitários. *Psicologia*, Is. IJ, v. 42, p. 1-16, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003242788>. Acesso em: 12 ago. 2026.

SÁ, Thiago Antônio de Oliveira. Políticas de democratização do ensino superior e a reprodução de desigualdades sociais: estudo de caso. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 48, e248527, 2022. <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202248248527por>. Acesso em: 12 ago. 2026.

SALATA, André. Razões da evasão: abandono escolar entre jovens no Brasil. *Interseções*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 99-128, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/irei.2019.42305>. Acesso em: 20 jan. 2026.

SANTOS, Cassilda Alves; PEREIRA, Gabrielly de Queiroz; PILATTI, Luiz Alberto. Análise dos fatores determinantes da evasão no ensino superior brasileiro e propostas de mitigação. *RPGE*, Araraquara, v. 29, p. e025014, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.22633/rpge.v29i00.20180>. Acesso em: 12 ago. 2026.

SANTOS, Georgina Gonçalves; SILVA, Lélia Custódio. A evasão na educação superior: entre debate social e objeto de pesquisa. In: SAMPAIO, Sônia Maria Rocha (org.). *Observatório da vida estudantil: primeiros estudos*. Salvador: UFBA, 2011. p. 249-262.

SANTOS, Janete dos. A evasão nos cursos de graduação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia pós-ENEM-SISU. 2017. 472 f. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) – Universidade do Minho, Braga, Portugal, 2017. Disponível em: <https://repositorium.uminho.pt/entities/publication/5ecd38a2-7172-4c7e-bdf7-3a1292b8652b>. Acesso em: 13 ago. 2026.

SANTOS JUNIOR, José da Silva. Aspectos conceituais e metodológicos sobre evasão na educação superior. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 37., 2015, Florianópolis. *Anais [...]*. Florianópolis: ANPEd, 2015. p. 1-7. Disponível em: <http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/P%C3%B4ster-GT11-4117.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2021.

SILVA FILHO, Roberto Leal Lobo et al. A evasão no ensino superior brasileiro. *Cadernos de Pesquisa*, Is. IJ, v. 37, n. 132, p. 641-659, 2007. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/346>. Acesso em: 20 jan. 2026.

SILVA, Polyana Tenório de Freitas; SAMPAIO, Luciano Menezes Bezerra. Políticas de permanência estudantil na educação superior: reflexões de uma revisão da literatura para o contexto brasileiro. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 56, n. 5, p. 603-631, set. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-761220220034>. Acesso em: 12 ago. 2026.

SIMON, Lilian Wrzesinski. Não é chegada a hora de dizer adeus: um modelo de gestão para a evasão no ensino superior. 2022. 264 f. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/247336/PCAD1193-T.pdf>. Acesso em: 17 out. 2024.

SOUZA, Thais Cardozo. Evasão e permanência no ensino superior: um estado do conhecimento sobre os cursos de licenciatura e pedagogia. In: SEMANA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DOCENTE DA FAED: INTEGRAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 5., 2025, Campo Grande. *Anais [...]*. Campo Grande: FAED, 2025. p. 434-443.

Gustavo Veríssimo Ractz

Possui graduação em Administração Empresarial pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC, 2016). É mestre em Administração (UDESC) e doutorando em Engenharia de Produção (UFSC). Tem interesse em ensino de Administração, Estatística para as Ciências Sociais, Gestão Universitária, avaliações em larga escala, Teoria da Resposta ao Item e Gestão Acadêmica.

Dalton Francisco de Andrade

Possui graduação em Licenciatura em Matemática pela Universidade de São Paulo (1973), Mestrado em Estatística pela Universidade de São Paulo (1977) e PhD em Biostatistics pela University of North Carolina at Chapel Hill, USA (1984). Atualmente é professor titular da UFSC, com atuação no programa de pós-graduação do Departamento de Engenharia de Produção (PPGEP), Consultor do Inep/Mec e Pesquisador Associado do Caed/UFJF. Tem experiência na área de Probabilidade e Estatística, com ênfase em Análise de Dados, atuando principalmente nos seguintes temas: teoria da resposta ao item, avaliação educacional, modelos de variável latente, dados longitudinais e modelos hierárquicos/multiníveis lineares e não-lineares.

Endereço para correspondência

Gustavo Veríssimo Ractz e Dalton Francisco de Andrade

Centro Tecnológico (CTC/UFSC)

Campus Universitário

Trindade, 88040-900

Florianópolis, SC, Brasil

Como citar este artigo:

Ractz, G., & de Andrade, D. F. Reflexões sobre a evasão universitária e a permanência estudantil pela ótica da interseccionalidade. *Educação Por Escrito*, e49660. <https://doi.org/10.15448/2179-8435.2026.149660>

Os textos deste artigo foram revisados pela Texto Certo Assessoria Linguística e submetidos para validação dos autores antes da publicação.